

A geografia cultural no Brasil

Paul Claval

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CLAVAL, P. A geografia cultural no Brasil. In: BARTHE-DELOIZY, F., and SERPA, A., orgs. *Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia* [online]. Salvador: EDUFBA; Edições L'Harmattan, 2012, pp. 11-25. ISBN 978-85-232-1238-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

A Geografia Cultural no Brasil¹

Paul Claval

A geografia moderna chega ao Brasil nos anos 1930

Não faltaram publicações geográficas no Brasil do século XIX: relatos de viagens, escritos por estrangeiros e também cada vez mais por brasileiros; inventários administrativos, de acordo com os modelos estatísticos em voga na época. As instituições atuais ainda guardam marcas desses primeiros tempos: O instituto brasileiro de estatísticas, o equivalente do INSEE francês, se chama IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sob sua forma moderna, a Geografia chega

¹ Tradução do original em francês de Angelo Serpa.

ao Brasil no início do século XX. Ela é veiculada por brasileiros que estudaram no exterior, como Carlos Delgado de Carvalho ou Everardo Backhauser. A inspiração é francesa para o primeiro, e alemã para o segundo. Aquilo que evidenciam dos trabalhos europeus é, sobretudo, o estudo do Estado e da geopolítica: esse domínio já está presente no Brasil dos anos 1930.

Uma segunda vertente se consolida na mesma época: ela vai dar origem à Geografia universitária. Primeiro, o Estado de São Paulo, depois o governo federal decidem modernizar o ensino superior, recorrendo à experiência francesa. Pierre Deffontaines parte para a Universidade de São Paulo, depois para a Universidade Federal do Rio de Janeiro, ambas recém-criadas; ele é sucedido em São Paulo por Pierre Monbeig. À inspiração francesa vai se somar aquela de origem alemã, veiculada por um exilado: Leo Waibel.

A Geografia muda de escala: ela acrescenta aos estudos de realidades estáticas, análises sobre o campo, as cidades e as regiões. Os geógrafos brasileiros consolidam seu *métier* em trabalhos e saídas de campo, através da observação e de entrevistas: eles são os primeiros universitários brasileiros a sair de seus gabinetes para observações diretas da realidade – junto com os etnólogos, estes também inspirados por professores franceses, Roger Bastide ou Claude Lévi-Strauss.

Deffontaines, a influência francesa e os primeiros trabalhos de geografia cultural

A Geografia praticada por Pierre Deffontaines é cultural. Os artigos que ele redige na época de sua estadia no Brasil demonstram isso. Deffontaines questiona, por exemplo, a origem das cidades brasileiras (Deffontaines, 1938). Muitas nasceram a partir da iniciativa de grandes proprietários, que erigiram uma igreja para atender as aspirações de seus dependentes. Uma cidade se desenvolve a partir daí – uma cidade de “domingo”, nos primeiros tempos e por muito tempo em alguns casos: os fiéis deixam suas casas espalhadas pelo campo no sábado à noite ou no domingo, de manhã bem cedo; eles viajam horas, assistem à missa, voltando para casa no mesmo

dia ou no dia seguinte. Para descansar e aproveitar um pouco da cidade, eles constroem casas, que, na verdade, vão desempenhar o papel de residências secundárias.

A inspiração cultural pode ser lida nas obras redigidas por Pierre Deffontaines ou naquelas encomendadas por ele para a coleção de Geografia humana que Deffontaines organiza para as Edições Gallimard, no início dos anos 1930. Essas obras são intituladas de acordo com um modelo, “O homem e a floresta”, “O homem e a montanha”: como as sociedades se inserem nos meios onde vivem? Quais as técnicas e os saberes mobilizados para isso? Que marcas esses grupos humanos imprimem nas paisagens?

O exemplo dado por Pierre Deffontaines tem consequências para a posteridade no Brasil. Nos anos 1940, Alberto Ribeiro Lamego Jr. redige quatro estudos intitulados *O homem e o brejo* (1946), *O homem e a restinga* (1946), *O homem e a Guanabara* (1948) e *O homem e a montanha* (1950).

Um lugar modesto frente às orientações quantitativas dos anos 1979 e à geografia radical após os anos 1980

A abordagem cultural em Geografia permanece, no entanto, minoritária. A Geografia de inspiração francesa multiplica as monografias locais e regionais, mas vai também se mostrar mais sensível ao aumento da população e às realidades demográficas e econômicas que às especificidades culturais das zonas estudadas. O caráter repetitivo desses trabalhos vai cansar os jovens geógrafos brasileiros, que aspiram outra coisa. Eles criticam as práticas e instituições de inspiração francesa – as excursões e os trabalhos de campo em particular. Eles se interessam pela economia e pelas atualidades. Isso explica a grande difusão das ideias e obras de Pierre George. Isso favorece, sobretudo, as abordagens quantitativas, propagadas a partir dos Estados Unidos, em um momento em que os militares no poder querem desvincular o Brasil de uma Europa excessivamente progressista, preferindo os procedimentos pragmáticos dos norte-americanos.

O fim da ditadura militar vai provocar uma segunda reviravolta: depois da Geografia regional francesa, é a Geografia quantitativa de inspiração americana que é colocada em xeque. As abordagens radicais se impõem; o

prestígio de Milton Santos, que se beneficia da anistia política para retornar ao país, vai contribuir para seu sucesso.

Isso quer dizer que as abordagens culturais vão desaparecer completamente entre 1950 e o fim dos anos 1980? Não, mas sua situação permanece marginal. Na América do Norte e na Europa, a renovação da abordagem cultural é marcada, no início dos anos 1970, pela corrente humanista, que se interroga sobre o sentido dos lugares, a região como espaço vivido ou as territorialidades. Estas abordagens não encontram eco imediato em um Brasil que copia a nova Geografia anglo-saxônica ou que reage contra ela através da Geografia de cunho radical. A virada cultural vai, entretanto, se desenhando, graças às orientações originalmente advindas da nova Geografia: debruça-se agora sobre a percepção do espaço e os vieses que ela introduz na disciplina, sobre os mapas mentais e as representações. A Universidade de Rio Claro (UNESP-RC), na qual Livia de Oliveira e Lucy Machado vão protagonizar uma reflexão original a respeito da pedagogia em Geografia e dos problemas cognitivos, desempenha um papel importante para a difusão dessas temáticas. A tradução de livros de Yi-fu Tuan, em 1980 e 1983, introduz as orientações de cunho fenomenológico em Geografia.

A abordagem cultural se afirma no Brasil a partir do início dos anos 1990

No Brasil, como em outros países ocidentais, a virada cultural da disciplina vai se afirmar no início dos anos 1990. Alguns colegas adotam essa abordagem, divulgando-a e estruturando-a. Zeny Rosendahl cria, no Rio de Janeiro, em 1994, um laboratório; baseada no modelo daquele que eu coordenei em Paris, no início dos anos 1980, ela vai chamá-lo de “Espaço e Cultura”: nasce, assim, o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Espaço e Cultura (NEPEC). No final dos anos 1990, o sucesso das novas orientações é evidente: quando organiza seus seminários nacionais, o NEPEC recebe grande número de propostas de comunicação, a tal ponto, que passa a fazer seus eventos científicos apenas por convite direto aos expositores.

O NEPEC é coordenado por Zeny Rosendahl e Roberto Lobato Corrêa. Seus trabalhos seguem essencialmente duas linhas: com o incentivo de Roberto Lobato Corrêa, o Núcleo vai traduzir e publicar em português textos importantes para a abordagem cultural em Geografia, de autores de língua alemã, francesa e inglesa; a partir da iniciativa de Zeny Rosendahl, o Núcleo vai consolidar os estudos da Geografia da Religião no país. Culturalmente, o Brasil é, em geral, bicéfalo, dominado por Rio de Janeiro e São Paulo: para muitos jovens geógrafos brasileiros, o NEPEC é uma representação dessa centralização tradicional.

A institucionalização da abordagem cultural em Geografia no Brasil vai prosseguir nos anos 2000 com a criação do NEER, Núcleo de Estudos em Espaço e Representações. A iniciativa é tomada desta vez por “universidades periféricas”, de Salvador, Porto Alegre, Curitiba e Porto Velho. O sucesso da abordagem cultural vai se afirmar no decurso dos anos 2000. Muitos pesquisadores, e não são poucos, trabalham também com este tipo de abordagem fora dos núcleos institucionalizados, o NEPEC e o NEER.

Geógrafos formados diferentemente

O Brasil tem três vezes mais habitantes do que a França e o ensino superior se democratizou muito rapidamente nos últimos quarenta anos, aumentando consideravelmente o número de universidades, de professores e de estudantes. Mas nem todos os estabelecimentos de ensino universitário têm o mesmo nível: a pesquisa é, sobretudo, ativa nas universidades públicas (federais, estaduais e, em casos mais raros, municipais) e aqueles que fazem pesquisa nestes estabelecimentos são cada vez mais numerosos.

A formação dos geógrafos brasileiros não é homogênea. Aqueles que saem de bons estabelecimentos de ensino secundário possuem em geral uma cultura clássica mais sólida e bases mais seguras em filosofia, formação esta que não começa pelos estudos de Marx, Heidegger ou Foucault, como em geral ocorre entre os intelectuais franceses: as referências a Platão, a Kant, à filosofia alemã do século XIX ou às correntes críticas do século XX são frequentes entre aqueles que praticam a Geografia cultural;

neste livro, Gil Filho se debruça, por exemplo, sobre a filosofia das formas de Cassirer e seus significados para os estudos culturais em Geografia.

Muitos pesquisadores/professores das universidades brasileiras fizeram seus estudos de doutorado no exterior: com frequência na França, mas também em outros países europeus, como a Alemanha (para os mais velhos), o Reino Unido ou a Espanha (particularmente em Barcelona, que atraiu muitos brasileiros interessados no pensamento crítico em Geografia, graças a Horacio Capel). O número de pesquisadores/professores que frequentaram universidades norte-americanas também não é negligenciável.

Até o final dos anos 1990, o governo brasileiro oferecia bolsas de doutorado a estudantes cuidadosamente selecionados, que os permitiam a permanência no exterior durante os quatro ou cinco anos necessários à conclusão de uma tese. A política mudou nos últimos anos: atualmente o governo federal prioriza as bolsas de doutorado-sanduiche de até um ano de duração, para completar, nas universidades estrangeiras, sua formação de doutorado no Brasil; ou bolsas de pós-doutorado (com três meses a um ano de duração).

Desse modo, a Geografia brasileira sempre esteve estreitamente ligada ao movimento internacional da disciplina. Entretanto, a proporção de doutores que não tiveram a oportunidade de viver ou trabalhar no exterior aumentou nos últimos anos. Os brasileiros estão conscientes dos riscos que isso representa: é nesse contexto que se deve compreender a atuação de Roberto Lobato Corrêa, do NEPEC, e a disseminação de conhecimento que suas traduções proporcionaram no Brasil, em especial dos textos inspiradores da abordagem cultural em Geografia, provenientes de diferentes universidades do mundo.

Diversidade e unidade da cultura brasileira: um domínio inesgotável

O Brasil oferece um prodigioso campo de estudos àqueles que se interessam pela diversidade das sociedades e pela multiplicidade de possibilidades de sua apreensão do real. As raízes ameríndias da cultura nacional são identificáveis em muitos domínios, por exemplo, na agricultura e nos

hábitos alimentares; os aportes da cultura africana são também consideráveis, com o surgimento e a consolidação de sincretismos religiosos no Candomblé ou na Umbanda, assim como com o nascimento de sociedades neoafricanas, como os quilombos. A componente europeia é dominante em muitos domínios, mas ela se exerceu em momentos variados e sob diversas maneiras. A colonização trouxe os portugueses; alguns eram cristãos novos; alguns ciganos também se juntaram a eles. O catolicismo marca profundamente as atitudes da maior parte da população.

A chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808, deslançou uma segunda onda de europeização: o espírito iluminista se afirma; o Império acolhe de braços abertos os comerciantes britânicos que integram o país à economia mundial; ele favorece também a chegada de imigrantes cujos comportamentos não foram afetados pela escravidão. Entre 1830 e o início da Primeira Guerra Mundial chegam imigrantes de todas as partes da Europa Central e Oriental: alemães, boêmios, poloneses, judeus da Europa Oriental. Imigrantes da Europa Mediterrânea também se fazem presentes: portugueses, é claro, mas também espanhóis e italianos. No início do século XX chegam os sírio-libaneses; a partir do início do século XIX, judeus marroquinos se instalam na Amazônia, desempenhando ali um papel relevante. Os japoneses começam a chegar antes mesmo da Primeira Guerra Mundial.

A diversidade étnica do país, com grupos desigualmente integrados à nação brasileira, desigualmente ricos, desigualmente poderosos, oferece um campo inesgotável de pesquisas: povos indígenas; quilombos; massas pobres da região Nordeste, seja de negros fortemente mestiços do litoral, seja de índios mestiços do interior semiárido ou da Amazônia, região para a qual muitos nordestinos migraram durante o ciclo da borracha; modos de vida rurais do sertão, em Minas Gerais ou na região Centro-Oeste; agricultores “gaúchos” do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (frequentemente luteranos de origem alemã) que migraram e colonizaram os cerrados brasileiros em meio século, onde propagam a cultura da soja e a criação de gado; multidões “abrasileiradas” que não perderam completamente o sentimento em relação às suas origens nas regiões fortemente urbanizadas das regiões Sul e Sudeste.

Uma terceira onda de “europeização” – ou americanização – está em curso, acelerada pela globalização. Ela não provoca mais a chegada de imigrantes estrangeiros – ao contrário, são numerosos os brasileiros que atualmente vão buscar trabalho na Europa ou nos Estados Unidos – mas ela reconfigurou em meio século o modo de vida de uma população cada vez mais urbanizada, distribuída entre as favelas dos pobres e excluídos, e o habitat verticalizado das classes médias, bem como os condomínios fechados dos novos ricos.

A diversidade herdada é real; ela é acompanhada por uma construção precoce de uma cultura e de uma identidade brasileiras; essas já estão presentes no século XVII, no momento que a colônia lidera a revolta contra a coroa espanhola. Portugal e o Vaticano servem de modelos, mas são largamente reinterpretados no Brasil, como testemunham as formas de manifestação da religião católica: o cristianismo brasileiro se preocupa mais em responder às aspirações populares que em respeitar doutrinas rígidas e estritas. Ele aceita desenvolver em seu interior ou mesmo em suas margens os cultos sincréticos africanos.

A unidade da cultura brasileira é reforçada no século XX, no momento em que grandes intelectuais (frequentemente de origem nordestina, como Gilberto Freyre) buscam pavimentar a construção da identidade nacional – uma identidade “imaginada”, no sentido de Benedict Anderson. Os brasileiros sentem o sopro da história animar seu país, se congregando em torno da “tropicalidade”, por muito tempo negligenciada, da praia e dos banhos de mar, do samba e do carnaval.

A abordagem cultural vai ser útil também para desvelar o peso da diversidade herdada, da unidade construída progressivamente em torno do catolicismo e da modernidade, assim como para elaborar novas leituras sobre a nostalgia das origens, a retomada dos valores e a conscientização dos povos indígenas, a nova consciência negro-africana e o impacto da globalização.

Os temas abordados

A diversidade dos componentes étnicos, das tradições religiosas, dos modos de vida, as mestiçagens e os sincretismos, ou o aumento dos “comu-

nitarios”, “ressuscitados” ou novos, favorecem a adoção de uma abordagem cultural pelos geógrafos brasileiros. Os problemas são variados, norteados por uma curiosidade vivaz, assim como as temáticas abordadas e as orientações teórico-metodológicas adotadas.

Os grupos indígenas, aqueles da Amazônia em particular, e os quilombos, dispersos praticamente em todo o território nacional, suscitam trabalhos de pesquisa precisos e bem documentados, como testemunha uma tese de doutorado recente de Adnilson de Almeida Silva (2010), ou as pesquisas de Rafael Sanzio A. dos Anjos (2003) sobre a distribuição das populações de origem africana e a rede de quilombos distribuídos pelo Brasil. As populações do Brasil profundo, do sertão, e suas identidades, são analisadas há quase vinte anos por Maria Geralda de Almeida e o grupo de pesquisa coordenado por ela (Almeida; Chaveiro; Costa Braga, 2008). Os vídeos-documentário de Rossevelt José Santos fornecem um testemunho vivo sobre as culturas rurais da região do Triângulo Mineiro. Josué da Costa Silva se interessa pelas populações ribeirinhas da Amazônia e se questiona sobre a maneira como sua cultura triunfa sobre a dispersão e a distância (Kozel et al., 2009). As primeiras publicações de Rogério Haesbaert reconstituíram o avanço da frente de colonização gaúcha, a partir do sul em direção ao norte, desde as florestas de araucárias e pinheiros até as margens da floresta amazônica, através dos cerrados, cartografando os templos religiosos luteranos e os centros de tradição gaúcha que estes grupos vão criando em suas estratégias de migração.

A população brasileira está cada vez mais urbanizada. A abordagem cultural se interessa pelas diversas formas de segregação das cidades brasileiras, por suas favelas e seus condomínios fechados. Os problemas que assolam as cidades, a prostituição, a criminalidade, o tráfico de drogas são objetos de pesquisas sérias. Angelo Serpa se debruça sobre as manifestações da cultura popular que animam os bairros de uma grande cidade, Salvador. Ele se pergunta, por exemplo, qual o lugar da Capoeira neste contexto, assim como o papel desempenhado por seus praticantes. Ele mostra, neste livro, o impacto da internet sobre a difusão dessas práticas. Os vídeos-documentário que ele realizou sobre a cultura popular soteropolitana (Serpa; Brito; Cathala, 2007) são tão fascinantes como aqueles produzidos por Rossevelt José Santos nas regiões rurais do Centro-Oeste brasileiro.

O espaço urbano é diferenciado: centros antigos com variedade de estabelecimentos comerciais, bairros residenciais, espaços de circulação e de lazer. Angelo Serpa e Paulo César da Costa Gomes se interessam nesse contexto pelo papel desempenhado pelos espaços públicos na cidade brasileira contemporânea.

A religião tem um lugar de destaque na Geografia cultural desenvolvida no Brasil na atualidade e isso se deve em parte às pesquisas de Zeny Rosendahl. Ela se baseou em uma concepção de espaços sagrados de Mircea Eliade para desenvolver, com seu grupo de pesquisa, estudos aplicados às cidades brasileiras. Sua curiosidade de pesquisadora a levou em direção ao catolicismo popular, muito presente no Brasil, apesar dos esforços despendidos pela Igreja Católica brasileira bem como pelo Vaticano, a partir do fim do século XIX, para impor limites a essas formas de manifestação da religiosidade popular. Muitos colegas foram inspirados pelos trabalhos de pesquisa de Rosendahl.

O interesse pela religião não se restringe ao catolicismo. O candomblé também fascina e inspira os trabalhos de pesquisa de alguns colegas, como aqueles de Aureanice de Mello Corrêa (2004; 2008), que analisam a festa da Irmandade da Boa Morte em Cachoeira, no Estado da Bahia. As seitas evangélicas que se desenvolveram no Brasil também são objeto de pesquisa, mais menos do que se poderia esperar, visto seu vertiginoso crescimento no país nas últimas décadas.

Os geógrafos brasileiros também se interessam por aquilo que a literatura ou o cinema podem contribuir para a compreensão da cultura brasileira: Carlos Augusto Monteiro consagra seus trabalhos mais recentes à dimensão geográfica de certo número de romances. Maria Helena Braga e Vaz da Costa é uma autoridade internacionalmente reconhecida no que concerne à interpretação geográfica de filmes (2003).

Uma reflexão original

A abordagem cultural experimenta um grande sucesso no Brasil e baseia numerosas publicações científicas. Os temas submetidos a essa abordagem

são em geral tratados de modo original, mesmo que já pesquisados sob outros olhares e perspectivas teórico-metodológicas.

O propósito de embasar a abordagem cultural em Geografia sobre pilares sólidos pode ser lido nas análises sistemáticas de muitos colegas brasileiros de trabalhos franceses, alemães, ingleses e norte-americanos: reflexões sobre a fenomenologia (Holzer), sobre o conceito de *médiance* em Berque (Holzer), ou sobre a filosofia das formas simbólicas, como ilustra o capítulo de Sylvio Fausto Gil Filho, que compõe este livro. Alguns pesquisadores imigrantes, como Wolf-Dietrich Sahr e Scott Hoeffle desempenham um papel ativo neste movimento.

As reflexões se enriquecem e aprofundam no contato com a etnografia, que vai lançar novas luzes sobre a maneira como as sociedades indígenas exploravam a natureza antes da chegada dos europeus. Sem machados nem facões era difícil qualquer tipo de cultura em seus ambientes. Os indígenas preferiam transformar a floresta onde viviam multiplicando as árvores que lhes eram úteis nas proximidades de seu habitat. Em certos setores, eles vão criar solos escuros nos quais milhares de potes de argila facilitavam a conservação de fragmentos de carvão de madeira: isso facilitou a continuidade deste tipo de cultura com altas densidades de plantio – como testemunham os 25 ou 30.000 Km² de solos escuros encontrados na Amazônia. O recurso generalizado aos incêndios de pequenos fragmentos de floresta caracteriza fortemente a agricultura cabocla atual, assim como aquela do mundo indígena antes do contato com os europeus. (Claval, 2009)

As pesquisas de Geografia histórica vão renovar a compreensão que se tem do Brasil colonial. Esqueceu-se, por exemplo, do papel que desempenhavam os escravos de ganho nas cidades deste período: eles entregavam parte de seus ganhos aos patrões, mas não residiam com eles. Como demonstram as pesquisas de Pedro Vasconcelos (2002) os escravos de ganho estão na origem da economia informal e do habitat precário na cidade brasileira, cuja paisagem eles vão marcar de modo profundo.

A monumental história da cidade do Rio de Janeiro que Maurício Abreu publica no ano de 2010, após mais de vinte anos de pesquisas, reconstitui a gênese da cidade colonial no Brasil: a moldura institucional é fornecida por Lisboa, mas reinterpretada de modo particular na colônia. No século

XVII, as cidades vão prosperar em função das plantações de cana de açúcar e do comércio de escravos, que se multiplicam no entorno das baías onde as cidades foram implantadas. Maurício Abreu sublinha também o papel da igreja católica e das ordens religiosas nesses processos.

Outro exemplo de abordagem histórica são as pesquisas sobre a noção de “maritimidade”, que se oferece como uma ferramenta preciosa para compreensão de certas populações no Nordeste brasileiro: aquelas que viam da criação de animais eram resolutamente interioranas, ignorando o magnífico litoral que banhava as bordas da caatinga semiárida em estados como o Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão: a mutação atual destes estados deve-se em grande parte ao novo olhar que seus habitantes – e o conjunto da população brasileira – vão lançar, a partir, sobretudo, da segunda metade do século XX, sobre o mar e suas praias, como mostram os trabalhos de Eustógio Dantas, em capítulo publicado neste livro.

As pesquisas no campo da Geografia da Religião também vão se beneficiar deste esforço de aprofundamento da abordagem cultural em Geografia, tanto nos trabalhos de Zeny Rosendahl, como, a partir de bases teórico-metodológicas diferentes, nas pesquisas de Sylvio Fausto Gil Filho.

Os sentimentos de territorialidade florescem frequentemente nos mundos sedentários. Eles também existem no Brasil, mas são mais frágeis que em outros lugares. Os pequenos agricultores, que vão se instalar no país a partir de políticas de colonização agrícola no início do século XX, perdem a cada dia mais espaço. A generalização do agronegócio em grandes fazendas mecanizadas vai ocasionar a migração generalizada do proletariado rural para as cidades, onde vai se instalar em favelas, seja nas cidades nordestinas, seja no Rio de Janeiro ou em São Paulo; a valorização dos cerrados vai favorecer a migração de agricultores sulistas até as bordas da região amazônica. A perda de raízes e a desterritorialização destes grupos vão se traduzir através de inquietações frente ao mundo moderno – o que testemunha o sucesso, junto às camadas populares da população, de igrejas e seitas evangélicas. Rogério Haesbaert vai mais longe em suas pesquisas: para além da desterritorialização, ele analisa os movimentos de reterritorialização em suas diferentes modalidades, como mostra o capítulo de sua autoria, publicado neste livro. Afinado com as pesquisas publicadas na França e na Grã-Bretanha, ele desempenha papel de ponta na reflexão

internacional sobre essas temáticas. Especialista e conhecedor da Geografia italiana, Marcos Aurélio Saquet (2007) traz igualmente contribuições importantes neste domínio específico.

Para Paulo César da Costa Gomes (2008, p. 88), a Geografia “deve preservar como prioridade a observação da relação que existe [...], nos fenômenos, entre a localização e suas significações”. Colocar em relação a localização dos fenômenos e os significados que eles suscitam é uma maneira original e fecunda de definir a abordagem cultural em Geografia: a análise dos espaços públicos e dos espaços domésticos, como a cozinha, empreendida por Gomes, é uma demonstração disso.

O conceito de cenário se adequa perfeitamente à análise dos espaços públicos, na condição de combinar os dois sentidos que a palavra indica na língua portuguesa (na qual ele é sinônimo de cena, de lugar da encenação teatral de uma ação) e na língua francesa (que indica o desenvolvimento futuro de uma ação) – estes dois sentidos também estão presentes na língua italiana. Os lugares públicos são interessantes, justamente porque eles conformam a cena na qual a sociedade vive e se exhibe, e porque os personagens desempenham papéis públicos. Entretanto, a diferença fundamental daquilo que se passa no teatro ou no cinema é que os acontecimentos que têm lugar no espaço público não respondem à lógica de um roteiro ou de um texto teatral. Eles ocorrem em um registro de *happening* e revelam tudo aquilo que é e pode ser reinterpretado e reinventado, o inesperado e o imprevisível dos jogos sociais. É isso que confere charme ao *flâneur*, do qual sabemos, depois de Walter Benjamin, que ele é um dos personagens-chave da cidade moderna, aquele que compreende e goza de sua atmosfera, suas novidades e seu potencial de invenção.

Constatamos assim como uma formulação engenhosa da abordagem cultural em Geografia pode alargar o campo de conhecimento a temas e domínios até então negligenciados. E é isso que torna preciosa a contribuição da Geografia brasileira no estudo dos fatos culturais.

Referências

O NEPEC publica uma revista – Espaço e Cultura – de início impressa e hoje publicada em formato digital on-line. O núcleo lançou também a coleção Espaço e Cultura, editada pela EDUERJ, com 17 volumes publicados (2010). Textos significativos em inglês, francês e alemão foram traduzidos para o português e publicados pelo núcleo, assim como certo número de comunicações apresentadas nos simpósios bianuais organizados pelo NEPEC. As paisagens, a Geografia da Religião, o imaginário, o território, os problemas de identidade, a cultura e a cidade, a literatura, a música, o cinema e a economia são alguns dos temas abordados.

ABREU, M. de Almeida. **Geografia histórica do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2010. 2 v.

ALMEIDA, M. G. de; CHAVEIRO, E. F.; COSTA BRAGA, H. (Org.). **Geografia e cultura**. Os lugares de vida e a vida dos lugares. Goiânia: Vieira, 2008.

ALMEIDA SILVA, A. de. **Territorialidades e identidade do coletivo kawahib da terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau em Rondônia**. Curitiba, UFPR, 310 f, Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

ANJOS, R. S. A. **Géographie afro-brésilienne, cartographie et education**. Historical dimensions of the relationship between space and culture, Rio de Janeiro, IGU Commission on the Cultural Approach in Geography, CD-Rom, 2003, 26 p.

CLAVAL, P. Uma, ou Algumas, Abordagem(ns) Cultural(is) na Geografia Humana? In: SERPA, A. (Org.). **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 13-29.

CLAVAL, P. A cultura ribeirinha na Amazônia: perspectivas geográficas sobre o papel de suas festas e festejos. In: KOZEL, S.; COSTA SILVA, J. da; FILIZOLA, R.; GIL FILHO, S. F. (Org.). **Expedição amazônica**. Desvendando espaço e representações dos festejos em comunidades amazônicas. 'A festa do boi-bumbá : um ato de fé'. Curitiba: SK Editora, 2009. p. 35-61.

CORRÊA, A. de M. **Irmadade da Boa Morte como manifestação cultural afro-brasileira: de cultura alternativa à inserção global**. Rio de Janeiro, UERJ, tese de doutorado, 2004.

- CORRÊA, A. de M. Festa da Irmandade da Boa Morte: a disputa pelo seu sentido. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Espaço e cultura**: pluralidade de temática. Rio de Janeiro: EdUERj, 2008. p. 249-278.
- COSTA, M. H. B. e V. Researching films as geographical texts. In: BLUNT, A. et al. **Cultural Geography in Practice**. Londres: Arnold, 2003. p. 191-201.
- DEFFONTAINES, P. L'origine et la croissance du réseau des villes brésiliennes. **Bulletin de la Société de Géographie de Lille**, v. 82, n. 9, 1938. Trad. portuguesa, **Cidades**, v. 1, n. 1, p. 119-146, 2004.
- GOMES, P. C. da Costa. Cenários para a geografia: sobre a espacialidade das imagens e suas significações In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Espaço e cultura**: pluralidade de temática. Rio de Janeiro: EdUERj, 2008. p. 187-209.
- GOMES, P. C. da Costa; RIBEIRO, L. P. Cozinha geográfica: a propósito da transformação de natureza em cultura, Rio de Janeiro. In: Simpósio Internacional sobre Espaço e Cultura, 7., 2010. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 2010.
- KOZEL, S.; COSTA SILVA, J. da; GIL FILHO, S. F. (Org.). **Da Percepção e cognição à representação**. Reconstruções teóricas da geografia cultural e humanista. Curitiba: Terceira Margem, 2006.
- KOZEL, S. et al. (Org.). **Expedição amazônica**. Desvendando espaço e representações dos festejos em comunidades amazônicas. 'A festa do boi-bumbá : um ato de fé'. Curitiba: SK Editora, 2009.
- RIBEIRO LAMEGO JR., A. **O homem e o brejo**, V. I. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.
- _____. **O homem e a restinga**, V. II. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.
- _____. **O homem e a Guanabara**, V. III. Rio de Janeiro: IBGE, 1948.
- _____. **O homem e a montanha**, V. IV. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.
- ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Espaço e cultura**: pluralidade de temática. Rio de Janeiro: EdUERj, 2008. (Coleção Espaço e Cultura, n. 15)
- SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SERPA, A.; BRITO, M. S.; CATHALA, J. **Territórios da cultura popular**. 2007. DVD. 2 v.
- VASCONCELOS, P. de A. **Salvador**. transformações e permanências (1549-1999). Ilhéus: Editus, 2002. 455 p.